

Corrida á terra em áfrica

Jornal agora

20 de Agosto de 2011

Com o sistema financeiro a ruir e o preço dos alimentos e combustíveis a disparar, quem tem ou gere dinheiro vira-se para o cultivo de alimentos ou de plantas que produzem bio diesel.

A tendência não é nova, mas no último ano teve mais visibilidade devido aos relatórios que expuseram alegadas práticas fraudulentas de compra e arrendamento de terras em África. O alerta foi dado, em 2010, pelo banco Mundial, num relatório que salientava a necessidade de transparência nos contratos, para proteger as populações do risco de perderem as suas terras.

“Estas aquisições em grande escala podem ter um custo elevado. O véu de secretismo que envolve estas transacções tem de ser levantado para que não sejam as pessoas pobres a pagar o pesado preço de perderem as suas terras”, sustentou Ngozi Okonjo-Iweal, director geral do Banco Mundial, a propósito da divulgação do documento ‘Rising Global Interest in Farmland’ em Setembro. “Com o preço dos alimentos ainda muito volátil, os negócios com terrenos em grande escala são é uma realidade crescente no mundo em desenvolvimento e põem em evidência a necessidade de acções concertadas que beneficiem todas as partes”, acrescentou.

De acordo com o estudo (que inclui 14 países, dos quais sete são africanos), estes negócios envolveram 45 milhões de hectares, só em 2009. Um número que contrasta com a taxa de expansão média por ano (4 milhões de hectares) registada na década passada, até 2008.

O relatório salienta a necessidade de os países definirem critérios claros e reconhecerem direitos sobre as terras que permitam aos proprietários negociar directamente com os investidores por preço justos. É que para a instituição que se dedica à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento, quando os Governos locais têm um papel forte, as populações rurais colhem os frutos disso. O Banco Mundial recomenda aos investidores que respeitem os direitos à terra e aos recursos e que assegurem a transparência, a consulta e participação das populações, entre outros aspectos, como a sustentabilidade social e ambiental.

Em Maio, porém, o Oakland Institute – grupo norte-americano de reflexão (think tank), sobre temas sociais, económicos e ambientais – divulgou um estudo sobre investimentos em agricultura na Serra Leoa, no qual acusa o Banco Mundial de neste país não seguir as suas próprias recomendações. O Oakland Institute justifica a acusação alegando que o Banco Mundial financia instituições e promove alterações cujos objectivos

são atrair investidores e assegurar o seu acesso à terra, deixando de fora os interesses dos locais.

No mesmo relatório, são também referidos os negócios na Serra Leoa da Quifel, holding liderada por Miguel Pais do Amaral

Curiosamente, Nicolas Berggruen (sócio histórico de Pais do Amaral em vários negócios), através do instituto que leva o seu nome e em conjunto com a Comunidade da África Oriental, decidiu criar uma bolsa regional de alimentos, que permita reduzir os custos de transacções e disponibilizar informação aos agricultores. O objectivo é mitigar os efeitos especulativos na formação dos preços.

Portugueses em África com olhos na jatrofa

A Quifel não a única com capitais nacionais a olhar para África como terreno fértil para negócios agrícolas. Pedro Queiroz Pereira, líder da Portucel, tem desde o ano passado a concessão de 173 mil hectares de terreno na Zambézia e mais 220 mil hectares em Manica, em Moçambique.

O projecto deverá gerar 7500 postos de trabalho e 800 milhões de dólares por ano em exportações.

A Geocapital, dos empresários Stanley Ho e Jorge Ferro Ribeiro, aguarda a concessão de terrenos para arrancar com uma plantação de jatrofa em Moçambique. O projecto poderá, no futuro, incluir o cultivo de alimentos, mas para já o objectivo é o bio combustível. A Zamcorp, empresa moçambicana participada pela Geocapital, está vocacionada para operações agrícolas no vale do Zambeze. A esta iniciativa, que aguarda há cerca de ano e meio autorização para operar, irá somar-se uma semelhante na Guiné-bissau que está ainda numa fase mais incipiente.

Os bio-combustíveis são também o que levou a Galp a Moçambique para produzir o chamado petróleo verde, assim designado por ser feito à base de planta. A Galp está a começar a explorar na Beira cerca de 10 mil hectares de jatrofa, como forma de cumprir as leis europeias, que obrigam a incorporação de 10% de energia verde nos combustíveis até 2020.

A primeira exportação de bio-combustível moçambicano, porém, não pertence a uma empresa portuguesa. Foi feita final de Julho a partir da fábrica de Manica da britânica Sun Biofuels. O destino das 30 toneladas de combustível foi os depósitos da companhia aérea Lufthansa, que à semelhança da Galp também tem de cumprir a imposição europeia.